



## **PROCURADORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL**

**PARECER JURÍDICO Nº:**

106 /2019

**REFERÊNCIA:**

Projeto de lei nº 53/2019 – Declara de utilidade pública a entidade que menciona e dá outras providências.

**SOLICITANTE:**

Presidência da Câmara Municipal

### **1 - RELATÓRIO**

De autoria do(a) Vereador(a) Joice Quirino, Cessão Queiroz, Marcelão, Dr. Fernando Pediatra e Anderson do Gás, o projeto em epígrafe tem o objetivo de declarar de utilidade pública a entidade Comunidade Terapêutica Fazenda de Recuperação Bem Viver, com sede na Fazenda Landi e Capivari, próximo ao KM 748 BR-262, Zona Rural de Bom Despacho/MG.

Conforme requerimento juntado às fls. 03, a Comunidade Bem Viver requer ao Legislativo "*o certificado de utilidade pública, pois trata-se de instituição que trata pessoas portadoras da dependência de álcool e outras drogas através de programa terapêutico.*"

É o relatório.

### **2 – FUNDAMENTAÇÃO**

Compete a Assessoria Jurídica, examinar a matéria nos seus aspectos jurídico, constitucional e legal, nos termos do art. 109<sup>1</sup>, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

---

<sup>1</sup> Art. 109 As comissões contarão com assessoramento específico, em especial, com os departamentos jurídico e Secretaria da Casa.



## **2.1 Competência**

Dispõe o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, que compete ao Município legislar sobre assunto de interesse local.

No mesmo sentido o art. 11 da Lei Orgânica Municipal, dispõe que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Veja-se que, entre as competências legislativas do Município, encontra-se o poder de legislar sobre assuntos de interesse local e de suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

## **2.1 Iniciativa**

Especificamente o artigo 126 do Regimento Interno<sup>2</sup> determina que ressaltada a iniciativa privativa prevista na Lei Orgânica, a apresentação de Projeto cabe ao Vereador.

Ressaltando que as matérias cuja iniciativa é privativa do chefe do Poder Executivo municipal estão previstas no art. 74, II da Lei Orgânica do Município de Bom Despacho/MG, os quais preveem, respectivamente:

### **Lei Orgânica do Município de Bom Despacho - MG**

**Art. 74. São matérias de iniciativa privativa, além de outras previstas nesta Lei Orgânica:**

(...)

#### **II - do Prefeito:**

- a) a fixação e a modificação dos efetivos da guarda municipal;**
- b) a criação de cargo e função públicos da Administração e afixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros da lei de diretrizes orçamentárias;**

---

<sup>2</sup> **Art. 126. Ressaltada a iniciativa privativa prevista na Lei Orgânica, a apresentação de Projeto cabe:**

**I - ao Vereador;**





- c) o regime jurídico dos servidores públicos, incluídos o provimento de cargo, a estabilidade e a aposentadoria;**
- d) a criação, estruturação e extinção de Secretaria e/ ou Departamento Municipal;**
- e) a organização da Guarda Municipal e dos demais órgãos da administração pública;**
- f) os planos plurianuais;**
- g) as diretrizes orçamentárias;**
- h) os orçamentos anuais;**
- i) a matéria tributária que implique redução da receita pública.**

Portanto, sobre a matéria tratada não há qualquer limitação constitucional à propositura do projeto de lei pelo Senhor Vereador, já que, com base nos fundamentos expostos, não se constata qualquer hipótese de iniciativa privativa ou exclusiva.

### **3 - DO MÉRITO DO PROJETO DE LEI**

Para efeitos da Lei nº 2.616, de 27 de novembro de 2017, considera-se de utilidade pública a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, instituída em associação ou fundação, que preste serviços, de maneira desinteressada, gratuita e permanente, à sociedade.

Segundo o art. 3º da citada lei, podem ser declaradas como de utilidade pública, no âmbito municipal, as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham sido constituídas e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 2 (dois) anos (fls. 17/20), desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei.

Verifica-se inicialmente que a declaração de utilidade pública, no âmbito municipal, está adstrita às normas fixadas pela Lei nº 2.616, de 27 de novembro de 2017.

Examinando a documentação apresentada, pudemos constatar que a entidade em questão preenche os requisitos estabelecidos pelo diploma legal citado, conforme passamos a expor:



## CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG  
Tel. (37)3521 2280 - E-mail: [procuradoria@camarabd.mg.gov.br](mailto:procuradoria@camarabd.mg.gov.br)



O estatuto (fls.04/11), devidamente registrado no Cartório 1º OFICIO DE REG. TÍT. E DOC E CIVIL DE P.J DE BOM DESPACHO, atendendo ao disposto no inciso I do artigo 7º.

A ata de eleição de sua atual diretoria (fls. 10/11), atendendo ao disposto no inciso II do artigo 7º.

O Balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício (fls. 12/13) atendendo ao disposto no inciso III do artigo 7º.

A Declaração de isenção do imposto de renda (fls. 14) atendendo ao disposto no inciso IV do artigo 7º.

A inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (fls. 15) atendendo ao disposto no inciso V do artigo 7º.

Por fim o parecer técnico emitido pela secretaria municipal competente certificando a realização de atividade de interesse público no município. (fls. 16) atendendo ao disposto no inciso VI do artigo 7º.

Verifica-se que a comunidade tem por finalidade desenvolver atividade de assistência psicossocial e saúde dos usuários de substâncias psicoativa (dependência química), tratando de pessoas portadoras da dependência do álcool e drogas, prestando relevantes serviços à população, justificando a declaração de utilidade pública pretendida.

### 3 - CONCLUSÃO

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

**"O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que**





## CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG  
Tel. (37)3521 2280 - E-mail: [procuradoria@camarabd.mg.gov.br](mailto:procuradoria@camarabd.mg.gov.br)



**orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei.** Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello - STF.) *Sem grifo no original.*

É o parecer, que ora submeto, à apreciação das Comissões desta Casa.

ANTE O EXPOSTO, opina esta Assessoria Jurídica pela legalidade e constitucionalidade do presente Projeto de Lei, uma vez que preenchido os requisitos legais.

Esse é o parecer. Salvo melhor juízo.

Bom Despacho, 06 de novembro de 2019.

**Rita Alessandra Quirino**  
**OABMG 75879**  
**Analista jurídica – Administrativa**

APROVAÇÃO DO PARECER	
<input type="checkbox"/>	Aprovo os termos deste parecer e remeto-o para apreciação e utilização das Comissões, consoante art. 109 do Regimento Interno.  _____ Alysson Elias Macedo – OABMG 111.555
<input type="checkbox"/>	Aprovo, os termos deste parecer, porém, adequando-o e complementando-o conforme arrazoadado a seguir. Remeto-o para apreciação e utilização das Comissões, consoante art. 109 do Regimento Interno.  _____ Alysson Elias Macedo – OABMG 111.555